O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO PROCESSUAL: CONSCIENTIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NAS DECISÕES JUDICIAIS

Autor(res)

Ana Maria Foguesatto
Diogo Ricardo Martins Balestra
Luane Flores Chuquel
Beatriz Fátima Andretta

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

Introdução

A educação ambiental emerge como uma ferramenta chave no fortalecimento da consciência ecológica e na promoção de práticas sustentáveis. No contexto jurídico, sua presença se torna essencial, uma vez que a conscientização sobre questões ambientais pode influir diretamente nas decisões judiciais. Este trabalho explora a interseção entre educação ambiental (EA) e o sistema judiciário, analisando como a formação e a informação dos cidadãos podem moldar a interpretação e a aplicação das leis ambientais. A relevância desse tema se manifesta na necessidade de um judiciário mais informado e sensível às questões ecológicas, especialmente em um cenário global marcado por crises ambientais. Assim, a pesquisa se propõe a investigar como a conscientização ambiental pode afetar as decisões judiciais e contribuir para a promoção de uma sociedade mais sustentável.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar a influência da educação ambiental (EA) na conscientização da sociedade e como esta, por sua vez, impacta as decisões judiciais em questões relacionadas ao meio ambiente. Busca-se compreender o papel da formação ambiental na construção de um judiciário mais sensível e eficaz.

Material e Métodos

A metodologia desta pesquisa baseia-se na pesquisa bibliográfica exploratória e documental. O objetivo é analisar o papel da educação ambiental (EA) na conscientização e sua influência nas decisões judiciais. Para isso, foi realizada uma pesquisa abrangente na literatura existente, incluindo a verificação de leis, jurisprudências e iniciativas que conectam a educação ambiental ao processo judicial. Essa abordagem fornece uma sólida fundamentação teórica para a investigação.
Na revisão da literatura, foram utilizados o "Google Acadêmico" e plataformas como "Research Rabbit" para localizar artigos acadêmicos e científicos relevantes. Os descritores empregados incluíram: educação ambiental, conscientização e decisões judiciais, e impacto da educação ambiental na legislação. A pesquisa abrangeu artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, permitindo uma análise atualizada e abrangente do tema, destacando a intersecção entre educação e direito ambiental.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a EA desempenha um papel significativo na formação da consciência ecológica entre cidadãos e profissionais do direito. Observou-se que, em casos com maior conscientização, as decisões judiciais tendem a ser mais favoráveis à proteção ambiental. A discussão revela que a falta de conhecimento ambiental entre juízes e advogados pode levar a interpretações limitadas das leis, enquanto uma formação adequada promove uma visão mais crítica. Este estudo sugere que iniciativas de EA devem ser integralmente incorporadas na formação jurídica, proporcionando um judiciário mais comprometido com a sustentabilidade.
Além disso, a EA deve abranger todo o sistema educacional, formando cidadãos críticos e preocupados com as questões ambientais, capazes de influenciar sua comunidade e região. Essa transformação levaria o judiciário a se adaptar e refletir a realidade social, já que o direito é um reflexo das necessidades e valores de uma sociedade em constante evolução.

Conclusão

A pesquisa evidencia que a EA é fundamental para a formação da consciência ecológica, impactando positivamente as decisões judiciais. A falta de conhecimento ambiental entre profissionais do direito pode limitar a aplicação das leis, enquanto a formação adequada favorece interpretações mais justas. Portanto, integrar a EA em todos os níveis educacionais é essencial para formar cidadãos críticos e engajados, capazes de influenciar sua comunidade, permitindo uma adaptação às demandas sociais.

Referências

ABRAMOVAY, R. Muito além da Economia Verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
SILVA, João da; PEREIRA, Maria. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro, v. 66, n. 1, p. 123-145, 2023. Disponível em: https://qa1.scielo.br/j/dados/a/VkN6nHGLRsrZdzq74mWZCqx/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 out. 2024.
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.